

História da educação do campo *histórico de lutas e conquistas*

Maria Joiciane Batista Frota
Universidade Estadual do Ceará¹
Oziel Barbosa Teixeira
Universidade Estadual do Ceará²

Resumo: Este trabalho busca trazer reflexões sobre o contexto histórico que formou as comunidades camponesas no Brasil ao longo de sua história, desde o período colonial à atualidade sob um olhar do resgate histórico da educação do campo, discutindo sobre as principais mudanças e ganhos através na luta dos movimentos sociais, tendo à frente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST que defendeu uma política de educação para o campo. A partir de uma abordagem qualitativa, realiza-se, para tanto, o estudo bibliográfico e a revisão de literatura. Sua estrutura apresenta inicialmente breve histórico da luta por Educação do Campo. Nos resultados e discussões, destaca-se o embate de ideias e os conflitos travados pelos movimentos sociais para constituição da política de educação de campo e da afirmação dessa proposta como modalidade da educação.

Palavras-chave: História; Luta; Educação.

History of rural education history of struggles and conquests

Abstract: This work seeks to bring reflections on the historical context that formed peasant communities in Brazil throughout its history, from the colonial period to the present, from a perspective of the historical rescue of rural education, discussing the main changes and gains through the struggle of social movements, led by the Movement of Rural Workers without Land-MST, which defended a policy of education for the countryside. From a qualitative approach, a bibliographic study and a literature review are carried out. Its structure initially presents a brief history of the struggle for Rural Education. In the results and discussions, the clash of ideas and conflicts waged by social movements for the constitution of the field education policy and the affirmation of this proposal as a modality of education stand out.

Keywords: History; Fight; Education.

¹ Estudante de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. ORCID: 0000-0002-3017-6379. E-mail: mariajoiciane24@gmail.com.

² Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação de Itapipoca/Universidade Estadual do Ceará. ORCID: 0000-0002-5815-821X. E-mail: oziel.teixeira@aluno.uece.br.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo tem em sua origem a participação direta dos movimentos sociais e das organizações populares camponesas no processo de formação dos sujeitos do campo, na produção agrícola e das lutas pelo direito à terra como forma de garantir a sobrevivência dessas pessoas. Nessa perspectiva, este trabalho busca trazer reflexões sobre o desenvolvimento histórico da educação do campo no Brasil, a partir das lutas camponesas tendo um papel fundamental no desenvolvimento político e econômico na zona rural, transformando o campo não só apenas em ambiente de produção de alimentos, mas também formando sujeitos com uma identidade própria, organizados socialmente em busca de melhoria para as comunidades assentadas em todo território nacional. A escola e a educação no contexto de produção têm uma relação com a agricultura e vida camponesa, contribuindo constantemente para a melhoria da vida e realidade dos povos do campo.

Esse trabalho constitui-se um dos produtos que surgem da pesquisa científica que se intitula “Formação continuada dos professores das escolas estaduais do campo em área de assentamento no Ceará”, financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap, desenvolvida pelo grupo de estudos de Educação do Campo, formado por pesquisadoras e bolsistas vinculados ao Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana.

2 METODOLOGIA

Esse resumo trata-se de uma abordagem qualitativa, caracterizada como estudo bibliográfico e revisão de literatura, através do qual apresenta-se um breve histórico da luta por Educação do Campo e, em seguida, destaca-se o embate de ideias e os conflitos travados pelos movimentos sociais para constituição da política de educação de campo e da afirmação dessa proposta como modalidade da educação. Para fundamentação teórica, a pesquisa tem embasamento nos seguintes autores: Caldart (2012), Freire (1986) e Santos (2008), autores cruciais que guiam o estudo da temática e a interpretação dos elementos fundantes da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se revisitar a bagagem histórica sobre o que se tem a respeito da educação do campo, evidencia-se uma busca contumaz pela ruptura dos paradigmas da educação rural. Percebe-se também que é um objeto de estudo e pesquisa bem recente. Iniciamos nossa reflexão sobre a temática educação em seu sentido mais geral e mais simplório, o de socializar o indivíduo e fazê-lo pensar por conta própria. Porém, conduzida e orientada pela elite, a educação surge para atender os interesses dessa classe, educar seus filhos e fazer a socialização desses indivíduos. O lado menos abastado, como o trabalhador rural não precisa ser educado, uma vez que não se precisa de uma classe trabalhadora que pense por si, assim facilmente se torne massa de manobra nas mãos do capitalismo.

De forma linear, a educação do campo emerge dos desdobramentos da educação rural, que surge com um viés produtivista, uma educação voltada para ensinar os indivíduos do campo a operar máquinas e trabalhar com produções agrícolas, assim acontecia muita evasão do campo para a cidade em busca de oportunidades melhores. A educação do campo é fruto de movimentos sociais, ou seja, foi muita luta para termos o que temos hoje, pensar nesse modelo de ensino é pensar na forma de educação libertadora, pensando na realidade de cada um, nas buscas, nos anseios e, principalmente, manter esses jovens amparados para evitar a tão temida evasão escolar. É estarmos aptos a somar para que esse jovem camponês seja protagonista da sua própria história dentro da sua realidade.

A proposta de educação do campo começou a ser construída a partir da década de 1990, emergindo dos movimentos sociais, como a educação popular, que traz a questão de uma educação libertadora, como traz Ira Shor, no livro *Medo e Ousadia* (1986, p. 18).

“Os professores têm poucas oportunidades de ver salas de aula libertadoras. Os programas de formação de professores são quase sempre tradicionais e as escolas que eles frequentam não estimulam a experimentação, assim, o problema dos modelos é a primeira questão que os professores levantam. Parte desse problema envolve outras questões: Como a educação libertadora se diferencia da educação tradicional? Como se relaciona com a mudança social?”

Nesse contexto, faz-se necessário concentrar nosso debate sobre a história da educação do campo, principalmente, levando em consideração que a educação campesina é uma forma de educação libertadora, que visa integrar o jovem que vive no campo com a sociedade como um todo para que não

haja prejuízo algum para este indivíduo já que, por muito tempo, o campo foi tido como um lugar de atraso, ou até mesmo de retrocesso.

Os momentos marcantes para a educação do campo deram início com as lutas por essa política pública que aconteceram nas décadas de 1960 e 1970 pelos movimentos sociais encabeçados pelo MST, quando o capital estrangeiro se instalou no Brasil intensificando a cultura do latifúndio. Os Estados Unidos foi o principal investidor nessa nova política de implantação do capital agrícola, com o modelo educacional apenas para a profissionalização dos jovens para suprir a demanda produtiva do capital com o objetivo de manter o controle social e político, impedindo a formação de movimentos que se contrapor-se ao modelo econômico, além disso, impedir mudanças estruturais que beneficia a classe trabalhadora. Nessa perspectiva, Caldart (2012, p. 259, 260) ajuda a compreender o surgimento da expressão “Educação do Campo”.

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

A expressão educação do campo é recente, tendo origem na luta pela emancipação da terra por parte do MST que contribuiu significativamente para os debates em torno dessa proposta de política educacional que atendesse a população camponesa especificamente, em especial as comunidades de assentamentos de reforma agrária. A partir do lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, fortaleceu essa modalidade educacional, desenvolvendo projetos e metodologias específicas para a educação do campo com o objetivo de desenvolver o campo nas esferas econômicas e sociais de maneira sustentável.

A construção da proposta de Educação do Campo pelos Movimentos Sociais se deu início na década de 1990, trazendo uma série de razões que defendiam o campo como um lugar de conhecimento, através da cultura dos povos, o modo de vida e produção dos sujeitos camponeses e sua identidade, mostrando que o campo não era um lugar somente de produção agrícola. Nessa perspectiva, Santos (2008, p. 98) afirma que o PRONERA:



Nos seus objetivos específicos, se propõe a garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados e acampadas e/ou assentados e assentadas nas áreas de reforma agrária; garantir a escolaridade e a formação de educadores e educadoras para atuar na promoção da educação nas áreas de reforma agrária; garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores e educadoras de jovens e adultos (EJA) e do ensino fundamental e médio nas áreas de reforma agrária; garantir aos assentados e assentadas a escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento; organizar, produzir e editar materiais didático-pedagógicos necessários à execução do Programa; é promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo.

O objetivo principal desse programa era retomar de forma enérgica a oferta de educação que envolvesse todas as comunidades assentadas, o desenvolvimento educacional dos sujeitos camponeses envolvendo-os de forma geral, garantindo a construção, a manutenção do prédio e o funcionamento com todos os materiais necessários, assim como os profissionais do magistério, fortalecendo o combate às desigualdades sociais e o analfabetismo no campo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões que levaram ao surgimento da educação do campo, mostram que por muitos anos o Estado se omitiu a implantar o modelo educacional para os povos do campo, apesar de ser um direito constituinte essa conquista só veio a ser concretizada através da luta dos movimentos sociais que pautaram em suas reivindicações o acesso à educação para as pessoas que vivem no campo. Essa modalidade educacional é uma conquista muito significativa que promove inserção social aos camponeses, que nascida de uma dívida histórica, depois de muito tempo foi pensada e executada com o objetivo de atingir a oferta de uma educação que atendesse de forma totalitária a população do campo, valorizando os sujeitos que trabalham e vivem nessas comunidades.

Referências

CALDART, Roseli Saete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A. 1986.

Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2021

<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE>

DOI: 10.33241/cadernosdogposshe.v5i1

ISSN: 2595-7880



SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma educação do campo**. Brasília. Inca. MDA, 2008.

Trabalho oriundo do I Seminário do GPOSSHE - Educação do campo e Pedagogia histórico-crítica em contexto de crise e pandemia